

CONCORRÊNCIA BINACIONAL EF 1811-23
LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL EF 1811-23

SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

SERVICIOS DE AUDITORÍA EXTERNA

ADITAMENTO 4

ADITIVO 4

I) Em conformidade com o disposto no subitem 1.4.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência Binacional EF 1811-23, a ITAIPU responde perguntas realizadas por interessadas nesta licitação:

I) De conformidad a lo dispuesto en el sub ítem 1.4.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Licitación Pública Binacional EF 1811-23, la ITAIPU responde consultas realizadas por empresas interesadas en esta licitación:

PERGUNTA 1.

De acordo com as seguintes disposições do CBC, referente a utilização da assinatura eletrônica e à forma de apresentação de ofertas técnicas e comerciais, que a seguir se transcrevem:

PREGUNTA 1.

“En atención a las siguientes disposiciones del PBC, respecto al uso de la firma electrónica y la forma de presentación de las ofertas técnicas y comercial, que se transcriben a continuación:

CAPÍTULO II

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

2.4 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

CAPÍTULO II

INSTRUCCIONES ESPECÍFICAS

2.4 ELABORACIÓN Y PRESENTACIÓN DE LA DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN

2.4.1 A proponente deverá apresentar a documentação para habilitação, conforme estabelecido no Anexo II deste CBC, apresentando-a concomitantemente com as propostas técnica e comercial, atendendo aos seguintes requisitos:

2.4.1 El oferente deberá presentar la documentación para habilitación, conforme a lo establecido en el Anexo II de este PBC, presentándola conjuntamente con las ofertas técnica y comercial, atendiendo los siguientes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, sendo uma constituída de originais ou de cópias autenticadas, com exceção do Certificado de Registro Cadastral (CRC) que, por ser documento emitido por ITAIPU, poderá ser apresentado somente em cópia simples;
- b) todas as folhas de cada uma das vias deverão ser numeradas sequencialmente e rubricadas;(…)

- a) en 2 (dos) ejemplares, siendo una constituida de originales o de copias autenticadas, con excepción del Certificado de Registro Catastral (CRC) que, por ser documento emitido por ITAIPU, podría ser presentado solamente en copia;
- b) todas las hojas de cada uno de los ejemplares deberán ser numeradas y rubricadas; (...)

2.4.3 Em nenhuma hipótese serão autenticadas pela Comissão de Recepção da ITAIPU fotocópias ou quaisquer outras reproduções de documentos, ainda que exibidas pela proponente as respectivas vias originais. (...)

2.4.3 En ninguna hipótesis serán autenticadas por la Comisión de Recepción de la ITAIPU, fotocopias o cualesquiera otras reproducciones de documentos, por más que el oferente haya exhibido los respectivos originales. (...)

2.15 ASSINATURA DO CONTRATO. 2.15.2.1 Para assinar documentos eletronicamente com foro no Paraguai, a licitante vencedora deverá: a)

2.15 FIRMA DEL CONTRATO. 2.15.2.1 Para la firma de documentos en forma electrónica con jurisdicción en el Paraguai, el oferente

Se estiver sediada no Paraguai, utilizar certificado digital emitido por entidade legalmente autorizada para o efeito, de acordo com o disposto na Lei n° 6.822 /21 e outras regulamentações paraguaias relacionadas.
(...)

Perguntamos se, para avaliação e pontuação dos certificados apresentados emitidos pelos clientes da licitante, reconheceriam como válidos os certificados emitidos com assinatura eletrônica, que tenham sido impressos e autenticados por notário público? Considerando que a apresentação da oferta é impressa, desde que a licitante disponibilize os referidos documentos em formato eletrônico em nuvem ou site ou os envie por e-mail à Itaipu, para que seja verificada sua autenticidade e integridade.

RESPOSTA

Sim, tais documentos serão considerados válidos. Da mesma forma, esclarece-se que de acordo com o subitem 1.5.1 do CBC, a ITAIPU poderá realizar diligências para verificar a autenticidade destes.

PERGUNTA 2.

Seguindo a mesma linha de abordagem, reconheceriam como originais e autênticos documentos que, pela sua natureza, só existem em formato eletrônico - com código QR de validação? Por exemplo, certidões emitidas por órgãos competentes da administração pública e judicial (Supremo Tribunal de Justiça de Interdição e Falência, e as emitidas pelo IPS, MTESS, respetivamente), nos termos da lei, n.º 6822/21, Artigo 65. Cópia eletrônica, seção 4, cujo texto relevante está transcrito a seguir:

4. Serão consideradas cópias autênticas as cópias feitas em papel de documentos judiciais ou administrativos de documentos eletrônicos e assinadas eletronicamente pelo responsável autorizado, desde que incluam a impressão de um código de verificação seguro que permita verificar sua autenticidade por meio do acesso aos arquivos eletrônicos do órgão ou entidade judicial ou administrativa emissora. (...)

vencedor deberá: a) Si tuviere sede en el Paraguay, usar certificado digital emitido por una entidad legalmente habilitada para el efecto, de conformidad a lo dispuesto en la Ley N°6822/21 y demás normas paraguayas concordantes.
(...)

Les consultamos si para la evaluación y puntuación de los certificados presentados emitidos por los clientes del oferente, ¿reconocerían como válidos los certificados emitidos con firma electrónica, que hayan sido impresos y autenticados por escribano público? Considerando que la presentación de la oferta es impresa, siempre y cuando, el oferente disponibilice dichos documentos en formato electrónico en alguna nube o sitio o los remita por correo electrónico a Itaipu, para que se pueda constatar la autenticidad, e integridad de los mismos.”

RESPUESTA

Sí, serán considerados válidos dichos documentos. Asimismo, se aclara que conforme al sub ítem 1.5.1 del PBC, la ITAIPU podrá realizar diligencia para la verificación de la autenticidad de estos.

PREGUNTA 2.

“Siguiendo la misma línea de planteamiento, ¿reconocerían como originales y autênticos los documentos que por su naturaleza solo existen en formato electrónico -con código QR de validación-? Como por ejemplo, los certificados emitidos por órganos competentes de la administración pública y judicial (la Corte Suprema de Justicia de Interdicción y Quiebras, y aquellos emitidos por IPS, MTESS, respectivamente), de acuerdo a las disposiciones de la ley, N°6822/21, Artículo 65. Cópia eletrônica, inciso 4, cuyo texto pertinente se transcribe a continuación:

4. Las copias realizadas en soporte papel de documentos judiciales o administrativos de documentos electrónicos y firmados electrónicamente por el responsable autorizado tendrán la consideración de copias autênticas, siempre que incluyan la impresión de un código seguro de verificación que permita contrastar su autenticidad mediante el acceso a los archivos electrónicos del órgano o entidad judicial o administrativo emisor. (...)

Portanto, não será mais necessária a autenticação em cartório das referidas cópias e, conseqüentemente, serão consideradas juridicamente válidas as cópias simples impressas contendo assinatura eletrônica com código QR de validação ou alguma forma de verificação.

RESPOSTA

Entendimento correto. Por se tratar de documentos emitidos por órgãos competentes da administração pública e do Poder Judiciário, a própria lei estabelece que eles são considerados autênticos, desde que possuam meio de verificação.

PERGUNTA 3.

“Considerando o disposto na minuta de contrato, temos:

“CLÁUSULA 7a O CONTRATADO cumprirá integralmente as obrigações e condições estabelecidas neste CONTRATO e nos seus anexos, obrigando-se ainda a:

(...)

IX) comprovar, quando solicitado por ITAIPU, o pagamento aos empregados vinculados à execução dos serviços objeto deste CONTRATO, dos salários, das obrigações trabalhistas e previdenciárias;”

Considerando que questões salariais são tratadas de forma confidencial, a fim de não incorrer em violação da intimidade, vida privada e imagem de seus empregados, como lhes assegura o inciso X do artigo 5º da Constituição Federal;

Considerando, também, que os dados concernentes à identificação e salário dos empregados são informações de interesse particular deles, não podendo o empregador fazer tal divulgação a terceiros sem violar direito constitucionalmente assegurado aos empregados;

Considerando, ainda, que os holerites são documentos pessoais dos empregados e não pertencem ao empregador, que apenas produz o documento para fins de “prestar contas” acerca da remuneração, direitos adimplidos e descontos aplicados. E, os empregados, por sua vez, têm direito à informação para comprovarem renda perante terceiros, mas o empregador não tem o direito de divulgar o nome e o salário dos empregados.

Considerando, por fim, tendo em vista a

Por lo tanto, ya no se requerirá la autenticación por escribano público de dichas copias y, por consiguiente, se reputarán como jurídicamente válidas las copias simples impresas que contengan las firmas electrónicas con código de validación QR o alguna forma de verificación.”

RESPUESTA

Entendimiento correcto. Al tratarse de documentos emitidos por órganos competentes de la administración pública y judicial, la propia ley establece que los mismos son considerados autênticos, siempre que los mismos cuenten con un medio de verificación.

PREGUNTA 3.

Considerando lo dispuesto en la minuta de contrato, tenemos:

“CLÁUSULA 7a El CONTRATISTA cumplirá íntegramente las obligaciones y condiciones establecidas en este CONTRATO, y en sus anexos, obligándose también a:

(...)

IX) comprobar cuando sea solicitado por la ITAIPU, el pago a los empleados vinculados a la ejecución de los servicios objeto de este CONTRATO, de los salarios, de las obligaciones laborales y de seguridad social.”

Considerando que cuestiones salariales son tratadas de forma confidencial, a fin de no incurrir en violación de la intimidad, vida privada e imagen de sus empleados, como lo garantiza el inciso X del artículo 5º de la Constitución Federal;

Considerando, también, que los datos concernientes a la identificación y salario de los empleados son informaciones de interés particular de ellos, no pudiendo el empleador hacer tal divulgación a terceros sin violar derecho constitucionalmente garantizado a los empleados;

Considerando, además, que las nóminas son documentos personales de los empleados y no pertenecen al empleador, que apenas produce el documento para fines de “rendir cuentas” acerca de la remuneración, derechos cumplidos y descuentos aplicados. Y, los empleados, a su vez, tienen derecho a la información para comprobar los ingresos frente a terceros, pero el empleador no tiene el derecho de divulgar el nombre y el salario de los empleados.

Considerando, finalmente, teniendo en vista la

entrada em vigor da LGPD e, ainda, que folha de pagamento contém informações pessoais de nossos colaboradores (titulares das informações), será aceita a guia de recolhimento do FGTS e demais certidões que comprovem a regularidade da empresa perante seus funcionários. Está correto o nosso entendimento?”

RESPOSTA

A comprovação do inciso IX), referente à cláusula 7ª da Minuta de Contrato poderia ser realizada, por exemplo, por meio das guias GFIP e GPS a partir do sistema e-social, e dos respectivos comprovantes de pagamento, considerando que para o valor em questão ser gerado para estas guias, os respectivos pagamentos salariais foram providenciados anteriormente.

- Neste caso, eventuais dados pessoais necessários para tal situação seriam aqueles necessários para comprovação da equipe de trabalho que estaria responsável pela execução das atividades e os quais o gestor de contrato tem a necessidade de ter conhecimento para efetuar sua atividade de gestor, sendo o tratamento de tais informações perfeitamente aderentes aos preceitos da LGPD.

- Com isso, não há a necessidade de, para se evidenciar o cumprimento do referido inciso contratual, se utilizar de holerites ou quaisquer documentos similares que mostrem, em caráter individualizado, a remuneração dos profissionais da futura empresa contratada. Assim entendemos estar vencido eventual questionamento a respeito da necessidade ou não de utilização de holerites para a realização da gestão deste inciso contido na cláusula 7ª da minuta contratual.

A eventual impossibilidade de envio das guias supramencionadas ensejaria tratativas outras para que a contratada pudesse evidenciar a comprovação exigida na cláusula contratual, mas ainda assim não significa a necessidade do tratamento de dados pessoais constantes de documento como holerite dos colaboradores da contratada.

PERGUNTA 4.

“Considerando o disposto na minuta de contrato, temos:

“CLÁUSULA 14 Encerrada a vigência do CONTRATO, o CONTRATADO deverá devolver à

entrada em vigencia de la LGPD y, además, que la hoja de pagos contiene informaciones personales de nuestros colaboradores (titulares de las informaciones), será aceptado el comprobante de pago del FGTS y demás certificados que comprueben la regularidad de la empresa ante sus funcionarios. ¿Está correto nuestro entendimiento?”

RESPUESTA

La prueba del inciso IX), referida a la cláusula 7 de la Minuta de Contrato, podrá realizarse, por ejemplo, a través de las guías GFIP y GPS del sistema e-social, y de los respectivos comprobantes de pago, considerando que por el monto en cuestión a generarse para estas guías, previamente se han concertado los respectivos pagos salariales.

- En este caso, los datos personales necesarios para tal situación serían los necesarios para comprobación del equipo de trabajo que sería responsable por la ejecución de las actividades y que el gestor del contrato necesita conocer para llevar a cabo su actividad de gestión, siendo el tratamiento de dichas informaciones perfectamente adherentes con los preceptos de la LGPD.

- Por tanto, no es necesario, para acreditar el cumplimiento del citado inciso contractual, utilizar nóminas o cualquier documento similar que acredite, de forma individualizada, la remuneración de los profesionales de la futura empresa contratada.

Por tanto, entendemos que queda superada cualquier duda sobre la necesidad o no de utilizar nóminas para realizar la gestión de este inciso contenido en la cláusula 7 de la minuta de contrato.

La eventual imposibilidad de enviar las citadas guías daría lugar a otras negociaciones para que el contratista pueda aportar las pruebas requeridas en la cláusula contractual, pero aún no implica la necesidad de tratar datos personales contenidos en documentos como las nóminas de los empleados del contratista.

PREGUNTA 4.

Considerando lo dispuesto en la minuta de contrato, tenemos:

“CLÁUSULA 14 Concluida la vigencia del CONTRATO, el CONTRATISTA deberá devolver a

ITAIPU todas as informações recebidas ou provar a sua destruição. Independentemente da devolução ou destruição das informações, o CONTRATADO e seus respectivos representantes permanecerão responsáveis pelo dever de confidencialidade por prazo indeterminado."

São exceções ao disposto acima as cópias das informações e documentos que:

- (i) devam ser mantidos pela Parte Receptora em obediência à legislação vigente ou às normas regulamentares aplicáveis;
- (ii) tenham sido utilizadas para fornecer evidência e fundamentar os serviços prestados pela Parte Receptora à Parte Divulgadora, assim como evidenciar que o trabalho foi realizado de acordo com as normas e leis aplicáveis os termos deste Contrato. Está correto o nosso entendimento?"

RESPOSTA

Entendimento correto, no entanto, para ambos os questionamentos, os representantes permanecerão responsáveis pelo dever de confidencialidade por prazo indeterminado.

PERGUNTA 5.

"Documentos assinados eletronicamente estão dispensados de serem apresentados em cópia autenticada, podendo ser apenas cópia simples. Está correto o nosso entendimento?"

RESPOSTA

Entendimento correto. Gentileza atentar-se à resposta da pergunta 2.

II) Permanecem inalteradas as condições contidas no Caderno de Bases e Condições do Concorrência Binacional EF 1811-23.

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 24.01.24

la ITAIPU, todas las informaciones recibidas o comprobar su destrucción. Independentemente de la devolución o destrucción de las Informaciones, el CONTRATISTA, y sus respectivos representantes permanecerán responsables por el deber de confidencialidad por plazo indeterminado. "

Son excepciones a lo dispuesto arriba las copias de las informaciones y documentos que:

- (i) deban ser mantenidos por la Parte Receptora en obediencia a la legislación vigente o a las normas regulatorias aplicables;
- (ii) hayan sido utilizadas para proporcionar evidencia y fundamentar los servicios prestados por la Parte Receptora a la Parte Divulgadora, así como evidenciar que el trabajo fue realizado de acuerdo con las normas y leyes aplicables a los términos de este Contrato. ¿Está correcto nuestro entendimiento?"

RESPUESTA

Entendimiento correcto, sin embargo, para ambas consultas, los representantes seguirán siendo responsables del deber de confidencialidad por tiempo indefinido.

PREGUNTA 5.

Documentos firmados electrónicamente están dispensados de ser presentados en copia autenticada, pudiendo ser apenas copia simple. ¿Está correcto nuestro entendimiento?"

RESPUESTA

Entendimiento correcto. Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 2.

II) Permanecen inalteradas las condiciones contenidas en el Pliego de Bases y Condiciones de la Licitación Pública Binacional EF 1811-23.

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 24.01.24